

PLANO DE ENSINO		
IDENTIFICAÇÃO		
ANO LETIVO	SÉRIE	TURNO
2021	4º ano	Matutino e Noturno
NOME DA DISCIPLINA		
Estágio II (Processo do Trabalho)		
CARGA HORÁRIA		
SEMANAL: 02 horas-aula	ANUAL: 90 horas-aula	
DOCENTE (S) RESPONSÁVEL (IS)		
Prof. João Batista Martins César		
EMENTA DA DISCIPLINA		
<p>PROCESSO DO TRABALHO – Noções Gerais. PJe – Processo Judicial Eletrônico. PRÁTICA TRABALHISTA – noções gerais e/ou redação de peças – Procedimentos (Ordinário, Sumário, Sumaríssimo, Especiais). Petição Inicial (Rito Ordinário, Rito Sumaríssimo, Inquérito para apuração de falta grave, Consignação em Pagamento, Mandado de Segurança, Cautelares). Tutela provisória. Audiência trabalhista (presencial, telepresencial e mistas – audiências Cejusc). Da conciliação no processo do trabalho. Respostas do réu (Contestação, Exceções, Reconvenção). Sentença. Recursos (Embargos de Declaração, Recurso Ordinário, Recurso de Revista, Embargos no TST, Agravo de Instrumento, Agravo de Petição). Execução Trabalhista (noções gerais, Embargos à Execução, Embargos de Terceiro, Impugnação à Sentença de Liquidação). Noções gerais sobre a Ação Rescisória. Novas formas de resolução dos conflitos trabalhistas: audiência pública, inquérito civil, termo de compromisso de ajustamento de conduta e acordo extrajudicial. Acordo coletivo, convenção coletiva e dissídio coletivo. Greve.</p>		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
<p>Objetivos Gerais Desenvolver no aluno a habilidade profissional para a compreensão e resolução dos litígios trabalhistas, seja por meio das novas formas de composição de conflito ou com a redação das peças jurídicas de forma autônoma e segura ou por meio de assessoria às partes envolvidas no conflito. Estimular o senso crítico do aluno, enfatizando a prática forense trabalhista apresentando casos reais e hipotéticos, enquadrando-os nos dispositivos processuais da Consolidação das Leis do Trabalho e os do Código de Processo Civil aplicáveis ao Processo do Trabalho. Preparar o aluno para o mercado profissional e para o exame da OAB (segunda fase - na área trabalhista).</p>		
<p>Objetivos Específicos Promover a fixação do conhecimento jurídico do direito material e processual do trabalho com a aplicação prática do conteúdo teórico já desenvolvido. O aluno deverá identificar a natureza instrumental do processo (por meio de exercícios práticos), para que identifique e solucione os problemas trabalhistas, selecione e elabore/escreva as peças jurídicas da área trabalhista. Desenvolver as habilidades práticas inerentes ao profissional do direito, especialmente quanto à prática da advocacia trabalhista. Conhecimento da constituição e funcionamento do sistema do Poder Judiciário Trabalhista. Estimular a postura ética do aluno no enfrentamento dos litígios trabalhistas. Dar ênfase às novas formas de solução de conflitos trabalhistas – acordos extraprocessuais e Cejuscs (JT).</p>		
1º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS 45

1	Noções Gerais de Direito Processual do Trabalho: conceitos introdutórios para redação de peças jurídicas trabalhistas; entrevistas com clientes e enquadramento fático-jurídico.	6
2	O PJe – Processo Judicial Eletrônico – na Justiça do Trabalho. Outras ferramentas eletrônicas a serviço da atividade jurisdicional: Noções gerais.	4
3	Estudo e redação da Petição Inicial. Reclamação trabalhista (Rito Ordinário e Rito Sumaríssimo). Tutela provisória (urgência e evidência). Inquérito para apuração de falta grave. Consignação em pagamento. Mandado de Segurança. Estudo de casos	6
4	Novas formas de resolução dos conflitos trabalhistas: acordo extrajudicial, arbitragem, mediação e conciliação (Cejusc).	4
5	Audiência trabalhista (presencial, telepresencial e mistas) e cálculo de verbas trabalhistas. Estudo de casos.	6
6	Conciliação trabalhista. Estudo de casos.	4
7	Da resposta e outros comportamentos do reclamado: Contestação (estudo e redação da peça). Exceções e Reconvenção (análise das peças).	5
8	A sentença no processo do trabalho. Aspectos práticos	6
9	Estudos de casos mostrando a importância interdisciplinar do direito, especialmente com a economia compartilhada sob a ótica do direito trabalhista, civil, consumidor e administrativo (plataformas de trabalho).	4
SEQUÊNCIA 2º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS 45
1	Novas formas de resolução dos conflitos trabalhistas: audiência pública, inquérito civil, termo de compromisso de ajustamento de conduta, ação civil pública.	2
2	Os recursos no processo do trabalho. Noções gerais. Pressupostos recursais.	4
3	Embargos de declaração. Recursos (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento, efeito modificativo, embargos protelatórios e para prequestionamento). Redação da peça. Casos práticos.	2
4	Recurso ordinário. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça. Casos práticos.	3
5	Contrarrrazões ao recurso ordinário. Estudo e redação da peça.	2
6	Agravo de instrumento. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça.	2
7	Recurso de Revista. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça.	3
8	Contrarrrazões de recurso de revista. Estudo e redação da peça.	2

9	Embargos no TST. Noções gerais e análise de peça.	2
10	Execução trabalhista. Noções gerais.	2
11	Embargos à execução. Estudo e redação da peça.	2
12	Embargos de terceiro. Estudo e redação da peça.	2
13	Impugnação à sentença de liquidação. Estudo e redação da peça.	2
14	Agravo de petição. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça.	2
15	Ação rescisória. Noções gerais.	3
16	Prática de negociação coletiva – acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho.	8

PROCEDIMENTOS E APRENDIZAGEM
(Procedimentos e técnicas utilizados para o desenvolvimento das aulas)

Como metodologia de ensino serão utilizadas aulas que propiciem o diálogo e a efetiva participação dos alunos (as), dinâmicas em grupo com debates e exposições, leituras comentadas, fichamentos de textos, exemplos práticos com estudo de casos reais, seminários, simpósios, pesquisa bibliográfica, vídeos sobre os temas e cine debates (debates sobre filmes que tenham pertinência temática).

Procurar-se-á demonstrar a importância interdisciplinar, ou seja, a conexão dos diversos ramos do direito do trabalho e processo do trabalho com as demais disciplinas e vice-versa, notadamente os novos métodos adequados de solução de conflitos individuais e coletivos (mediação, arbitragem e conciliação - Cejusc) e a economia compartilhada sob a ótica do direito trabalhista, civil, consumidor e administrativo (plataformas de trabalho), analisando-se casos práticos.

Como instrumentos de ensino utilizar-se-á recursos audiovisuais e ferramentas tecnológicas que possibilitem maior interação com os alunos e com o sistema “Google Classroom”, abrindo um canal aos mesmos para os conteúdos de textos, vídeos (aulas, filmes, documentários) e outras atividades que incrementam o trabalho em sala de aula.

Serão incentivadas as pesquisas de leis, normas internacionais, doutrina e jurisprudência em diversas fontes. Consulta aos livros da bibliografia básica. Redação individual e/ou coletiva de peças. Correção coletiva, seguida de correção personalizada. Cada aluno deverá trazer para a sala de aula os textos legais (Constituição da República, da Consolidação das Leis do Trabalho, do Código Civil, do Código de Processo Civil e da legislação trabalhista extravagante, bem como o livro de Súmula do TST e orientações jurisprudenciais das suas SBDI-1 e 2). Visita dirigida aos órgãos públicos, especialmente ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas – para conhecimento do funcionamento de suas turmas e seções e forma de julgamentos dos recursos, e à Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (as visitas poderão ocorrer de forma telepresencial). Orientação para a elaboração de peças processuais simuladas e reais. Realização de audiências simuladas.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
(Quantidade de instrumentos, tipos de avaliação, critérios de correção e aprovação)

A aprendizagem será avaliada por meio de vários instrumentos, como a prova escrita, participação em sala de aula, assiduidade, seminários e trabalhos de pesquisa com vistas à investigação científica.

Avaliação semestral, composta por prova escrita (até 7 pontos), trabalhos obrigatórios (até 2 pontos) e relatórios de audiências (até 1 ponto). Também poderão ser adotados trabalhos em grupo com relação à interdisciplinaridade com as demais matérias do departamento e do ano em curso, valendo até um ponto na média semestral. A frequência do aluno à sala de aula

será aferida para a atribuição da nota final. Igualmente como critério de avaliação, poderá ser realizada prova bimestral, de caráter obrigatório para todos os alunos, caso em que a nota dessa prova será somada com a semestral e dividida por dois para se obter a média.

A PROVA: elaboração de uma peça profissional e/ou resolução de questões práticas (dissertativas ou questões de múltiplas escolhas).

EXAME: Será feito por meio de prova escrita, oral ou questões de múltiplas escolhas.

OS TRABALHOS DE ENTREGA OBRIGATÓRIA: redação de peças profissionais (5 por semestre), conforme indicadas em aula. As peças deverão ser manuscritas, em folha própria, e entregues diretamente no Núcleo de Prática Jurídica até a data-limite (prazo) fixada pelo professor. Os trabalhos entregues fora do prazo não serão considerados para fim de composição da nota do aluno. Esses trabalhos serão utilizados para a avaliação formativa.

OS RELATÓRIOS DE AUDIÊNCIAS: Os alunos deverão comparecer a Fórum da Justiça do Trabalho pessoalmente (comprovado por carimbo e assinatura do Juiz do Trabalho em formulário-padrão da FADI), assistir a 6 audiências por semestre, e entregar, até o dia da prova semestral, diretamente no Núcleo de Prática Jurídica, os respectivos relatórios, redigidos obrigatoriamente no formulário-padrão da FADI, acima mencionado. Somente serão aceitos relatórios de audiências nas quais tenha ocorrido a oitiva das partes e/ou das testemunhas (instrução), ainda que de forma telepresencial.

TRABALHOS EXTRAS PARA ABONAR FALTAS: deverão ser apresentados de forma manuscrita, tendo no máximo três laudas, restrito ao tema fixado pelo professor.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

MELO, Raimundo Simão. A ação civil pública na Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr.

SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÉSAR, João Batista Martins. A tutela coletiva dos direitos fundamentais dos trabalhadores. São Paulo: LTr.

CISNEIROS, Gustavo. Manual de prática trabalhista. Ed. Método. (plataforma minha biblioteca)

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Prática Jurídica Trabalhista. São Paulo: Atlas.

SILVA, Homero Batista da Silva. CLT comentada. São Paulo: Thomson Reuters Brasil.

SOUZA JÚNIOR, Antonio Umberto de; COELHO, Fabiano; MARANHÃO, Ney; AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de. Manual Prático das Audiências Trabalhistas. São Paulo: Thomson Reuters Brasil.

Sorocaba, 25 de janeiro de 2021.

João Batista Martins César
Professor